

Cuida da tua saúde, ou o Estado não te ajudará

A pedido do governo de Cameron, o Ministério da Saúde inglês está a estudar a possibilidade de retirar a prestação social por incapacidade às pessoas que têm problemas relacionados com o álcool, as drogas ou a obesidade, se recusarem o tratamento que lhes for oferecido (“Obese could lose benefits if they refuse treatment – PM”, BBC News, 14.2.2015).

Tal como aos que recebem o subsídio de desemprego é exigido que participem em cursos de formação para melhorar a sua empregabilidade, tratar-se-ia de fazer com que quem não trabalhe devido a um problema de saúde recuperável aceite submeter-se a um tratamento.

Por agora, a medida não afetaria a incapacidade psicológica, mas já foi implementado um projeto-piloto para avaliar a eficácia de uma nova forma de incentivo para as pessoas com problemas suscetíveis de tratamento (sobretudo doentes com ansiedade ou depressão) voltarem a trabalhar. Trata-se de uma terapia que combina sessões com um psicoterapeuta, a assistência a palestras de orientação profissional e entrevistas de trabalho. A participação, diversamente do que está a ser estudado para obesos e alcoólicos, é voluntária. Contudo, um membro do governo já deixou antever que poderia transformar-se em obrigatória se o programa tiver êxito.

Tanto o anúncio sobre o possível fim das ajudas a obesos e alcoólicos, como o projeto-piloto dirigido a pessoas com ansiedade ou depressão, despertaram críticas. Os trabalhistas acusaram Cameron de falta de sensibilidade: ninguém, dizem, se mantém nessas condições somente para receber as prestações.

Segundo explica o governo, o objetivo destas medidas é recuperar para o mercado laboral as pessoas que possam reintegrá-lo, e oferecer-lhes um tratamento mais personalizado. Mas, há quem veja uma intenção puramente económica (reduzir a alta despesa pública) ou política. Com as eleições à porta, Cameron fez da “reforma do Estado Providência” um dos seus argumentos para pescar votos entre as famílias trabalhadoras: elas não deveriam pagar com o suor a abulia de alguns que se aproveitam.

A ideia tem a sua lógica, mas é fácil explorá-la de forma populista. Um raciocínio parecido – “o dinheiro público não existe para pagar vícios pessoais” – poderia justificar que a saúde pública não prestasse atendimento aos que desenvolvam outras doenças relacionadas com o comportamento, como as de transmissão sexual, infeção pelo HIV ou o cancro do pulmão provocado pelo tabagismo.

O Employment and Support Allowance (ESA) distribui ajudas a pessoas que não podem trabalhar devido a algum tipo de incapacidade. Cerca de dois milhões de pessoas beneficiam atualmente com o programa (desde a sua implementação em 2008, 40 % dos pedidos foram recusados por não demonstrarem uma incapacidade suficiente).

A prestação económica (101 ou 108 libras semanais) depende de se pertencer ao grupo dos que poderiam voltar a trabalhar (*work-related group*) ou ao dos que estão em situação contrária (*support group*). Somente os do primeiro têm obrigação de frequentar reuniões de assessoria laboral e entrevistas de trabalho. As ajudas terminam após um ano, a não ser que o beneficiário tenha rendimentos muito baixos.

Quase metade dos que recebem prestações através do ESA acreditam padecer de alguma doença mental. As mais comuns são a ansiedade e a depressão. A maioria destes doentes está registada no *work-related group*, e o governo calcula que cerca de 90 % deles podem ser reabilitados para o trabalho (por exemplo, através do projeto piloto anteriormente mencionado).

O equivalente ao ESA nos Estados Unidos é o Social Security Disability Insurance (SSDI), de que beneficiam nove milhões de pessoas. Esta quantidade de pessoas cresceu bruscamente na última década, e já envolve 5 % de toda a população entre os 16 e os 65 anos. Isto explica-se, em parte, pelo aumento da força laboral – com muitas mulheres a entrarem no mercado – e pelo envelhecimento da geração do *baby boom*.

Contudo, uma análise da Heritage Foundation (“Social Security Disability Insurance Trust Fund Will Be Exhausted in Just Two Years: Beneficiaries Facing Nearly 20 Percent Cut in Benefits”, 1.8.2014) salientava que uma percentagem importante do crescimento no número de beneficiários não se explica por nenhum destes fatores, e sugere que a cobrança fraudulenta destas ajudas é uma prática alargada. Desde a aprovação do SSDI em 1956, as condições para entrar foram-se tornando menos rígidas, e as ajudas são concedidas cada vez mais por

dores musculares e dos ossos (fundamentalmente das costas) e por depressões.

O problema gerou um intenso debate político. Em janeiro, a maioria republicana na Câmara dos Representantes conseguiu que esta aprovasse um regulamento para bloquear a transferência de fundos dos cofres das pensões para o SSDI, uma prática frequente nos últimos anos para tapar o buraco gerado por este programa. Os democratas acusam os seus oponentes de estarem a utilizar este tema para levantar uma guerra ideológica. A verdade é que se o Congresso não adotar alguma medida para remediar o problema, em finais de 2016 a quantia recebida por cada deficiente poderia ser reduzida em 20 %.

O debate sobre o possível abuso das prestações por invalidez suscita algumas questões éticas: deverá o princípio de solidariedade alargar-se às pessoas cujo comportamento coloca em risco a sua saúde? Com que critério calcular as ajudas para que os afetados possam desfrutar de rendimentos similares aos de uma família média?

A resposta não é simples. Entre outras coisas deve ter-se em conta a situação económica do país; além disso, muito menos é fácil separar os fatores puramente individuais dos sociais na origem da obesidade ou do alcoolismo de certas pessoas. No entanto, o princípio de solidariedade obriga o Estado a procurar para cada indivíduo – e especialmente para os mais dependentes – os meios que permitam uma vida digna; também para aqueles que tenham cooperado de alguma forma na sua situação de dependência. A necessidade, e não a responsabilidade, deve ser o critério a seguir.

Outra coisa, muito mais discutível, é qual será a melhor maneira de o fazer. Nalguns casos, perante a impossibilidade total de trabalhar ou a inexistência de outras formas de ajuda, procurar os meios para conseguir uma vida digna significará oferecer diretamente uma prestação económica. Noutros, quando o beneficiário das ajudas puder reintegrar-se no trabalho, o dever do Estado é ajudá-lo a fazê-lo, com certos incentivos – positivos ou negativos – se se achar conveniente. Assim, além disso, o dinheiro poupado poderá ser empregue em quem realmente dele necessitar. Isto satisfaz tanto o princípio de solidariedade, como o de justiça.

Outro tipo de incentivo chega inclusivamente a dar dinheiro ao doente para que siga o tratamento. É algo que foi tentado com infetados pelo HIV no Bronx e em Washington D.C., duas zonas onde as taxas de infeção são especialmente elevadas entre pessoas pobres. Em Washington D. C. (“HIV in the District”, no “The Washington Post”, 2.7.2014), estão infetados 2,5 % da população, taxa ao nível da de alguns países subsarianos.

Aos participantes no estudo foram pagos 280 dólares por ano para tomarem as pilulas antirretrovirais diariamente. Isso foi feito ao longo de três anos com 9 000 doentes, em 39 clínicas. No entanto, os organizadores desta experiência anunciaram que fracassou, segundo informação do “The New York Times” de 24.2.2015 (“Study That Paid Patients to Take H.I.V. Drugs

Fails”). As clínicas às quais se entregou o dinheiro somente obtiveram 5 % mais de ingestão regular dos comprimidos relativamente às restantes clínicas, o que se considera estatisticamente não significativo.

A iniciativa tinha a esperança de que os fármacos não só melhorassem a saúde dos infetados, como que servissem também para travar a extensão de novas infeções. A verdade é que os doentes que tomam a medicação regularmente têm 95 % menos de probabilidade de infetar outros. E, atualmente, estima-se que só um quarto dos 1,1 milhões de infetados norte-americanos tomam os fármacos com a suficiente regularidade para deixarem de ser transmissores.

Segundo um estudo citado nessa informação, cada infeção por HIV evitada implica uma poupança de 230 000 a 338 000 dólares na despesa que, em grande parte, sobrecarrega os contribuintes.

Os dados indicam também que, em Washington, o principal modo de transmissão é o sexo entre homens, fenómeno que se repete à escala nacional. Também na Europa, as infeções de HIV entre homossexuais cresceram 33 % desde 2004, enquanto que a transmissão heterossexual baixou 45 %. Apesar de todas as campanhas, a promiscuidade com parceiros desconhecidos e a não utilização de preservativos contribuem para que as infeções disparem neste grupo de pessoas.

Isto leva a perguntar sobre até que ponto se pode fazer recair sobre a comunidade os custos de comportamentos que põem em risco a saúde própria e a alheia, sem que os interessados façam nada para os alterar.

Liberdade de expressão e respeito pelo sagrado: a perspetiva muçulmana

Muçulmanos que reprovam os assassínios na sede do “Charlie Hebdo”, ao mesmo tempo pensam que na Europa se usa a liberdade de expressão como pretexto para faltas de respeito pela sua fé.

Abdelkader Benali (“The Teenage Angst to Jihad – The Anger of Europe’s Young Marginalized Mus-lims”, no “The New York Times”, 13.1.2015), romancista holandês, filho de imigrantes marroquinos, procura explicar como pode surgir o ódio num jovem muçulmano aludindo à sua própria experiência. Tinha treze anos quando o ayatollah Khomeini lançou a *fatwa* contra Salman Rushdie. Observou então que, na Holanda, os não muçulmanos condenavam as ameaças contra o escritor indiano, mas não compreendiam que causasse indignação a

falta de respeito por Maomé. “Como pode alguém sentir-se ofendido por uma ficção?”, disse o professor de História.

Na altura, Benali sentiu-se “jogado num mundo em que se admitia tudo e nada era sagrado”. Ele próprio acabou por superar a tentação da violência; mas adverte, referindo-se aos jovens muçulmanos do Ocidente recrutados para a *jihad*, que “a atração do extremismo pode ser muito forte quando se cresce num mundo em que os meios de comunicação social e as pessoas que nos rodeiam parecem ridicularizar a nossa cultura e insultá-la”.

De facto, muitos muçulmanos sentem-se ofendidos pelas caricaturas de Maomé e encaram a liberdade de expressão praticada na Europa como a lei do funil. O islamita radical britânico Anjem Choudary disse-o no [Twitter](#), em 7.1.2015: “Se se pode sacrificar a liberdade de expressão para penalizar a provocação e o ódio, por que não por insultar o Profeta de Alá?”. Também Elsa Ray, porta-voz do Coletivo contra a Islamofobia em França, salienta o contraste entre a tolerância perante as sátiras contra Maomé e a contundência com que se reage em França quando outros insultam os judeus, como se viu no caso do cómico Dieudonné M'bala M'bala (“Charlie Hebdo”: la solidaridad y la crítica”, em “Aceprensa”, 9.1.2015).

A incongruência que encontram os muçulmanos provém do facto das leis europeias admitirem limitações à liberdade de expressão para castigar o incitamento ao ódio e as ameaças contra pessoas e grupos (“Los problemas de legislar la incitación al odio”, “Aceprensa”, 7.1.2015); mas são mais flexíveis com as injúrias à religião. Nas palavras da “The Economist” (“Terror in Paris”, 10.1.2015), “mesmo que uma imagem ou opinião seja imprudente ou de mau gosto, não se deve proibi-la, a não ser que incite à violência”; desta forma, o “Charlie Hebdo” exerceu o “seu direito a ofender: concretamente, a ofender os muçulmanos” (e outras religiões, precisa mais à frente a revista semanal).

Mas muitos negam que a liberdade de expressão inclua o direito a ofender, e para um muçulmano é mais grave o insulto a Maomé que a ele próprio. O governo iraniano está entre as autoridades e organizações do Médio Oriente que criticaram o novo desenho de Maomé aparecido no primeiro número do “Charlie Hebdo” posterior ao atentado. Interrogado sobre os motivos, Mohammad Yavad Zarif, ministro dos Negócios Estrangeiros, que se encontrava em Genebra, disse a jornalistas ocidentais: “Pensamos que se deve respeitar o sagrado”.

No entanto, muito menos são coerentes os protestos muçulmanos pelas faltas de respeito ao sagrado, segundo o jornalista turco Mustafa Akyol (“Islam’s Problem With Blasphemy”, no “The New York Times”, 13.1.2015), autor do livro “Islam without Extremes: A Muslim Case for Liberty”. Akyol salienta que “o Profeta Maomé não é a única figura sagrada do Islão”: também o são Abraão, Moisés e Jesus. Mas “os radicais islamitas parecem obcecados apenas com o Profeta Maomé”. Nem sequer repararam na ridicularização de Deus, que deveria ser tida como a pior das blasfémias. O “Charlie Hebdo” e várias revistas também publicaram “desenhos que

ridicularizavam Deus (em contexto judaico, cristão ou muçulmano), mas apenas foram alvo de ameaça violenta quando ridicularizaram Maomé”.

A explicação, segundo Akyol, é que “enquanto Deus e os outros profetas são igualmente sagrados para o judaísmo e o cristianismo, o Profeta Maomé é sagrado só para os muçulmanos”. As reações iradas que suscitam as faltas de respeito por Maomé “devem-se não ao mero respeito pelo sagrado, mas ao fervor militante pelo que é sagrado para nós, ou seja, para a comunidade de muçulmanos”. É um “nacionalismo religioso, que se centra na comunidade terrena, não na verdadeira fé, cujo centro de atenção deveria ser o divino”.

Algo de semelhante di-lo o escritor de língua francesa Tahar Ben Jelloun, Prémio Goncourt em 1987, ao afirmar: “o Islão veio a ser mais do que uma religião”. Nascido em Marrocos, como Benali, também se refere à sensação de rejeição que têm muitos muçulmanos na Europa; mas não só por encontrarem hostilidade ou suspeita para com a sua religião. Em comentário no “The New York Times” (“For French Muslims, a Moment of Truth”, 12.1.2015) e noutros jornais, salienta que a maioria dos muçulmanos de França – cinco milhões de pessoas – considera-se francesa, e reprova o terrorismo cometido em nome do Islão, mas “muitos cidadãos franceses continuam a encará-los com desconfiança”, embora “não injustamente de todo”, precisa. Daí, “para muitos jovens franceses descendentes de imigrantes, hoje o Islão oferece-lhes uma cultura que a França não conseguiu incutir-lhes”. A falta de possibilidades de muitos, habitando bairros deprimidos, a propaganda contra a imigração por parte da Frente Nacional e de outros setores, “fomentaram o ressentimento entre jovens cuja condição de franceses é sempre posta em dúvida e nunca dada por adquirida”.

Mas não há apenas faltas alheias. “Também é responsabilidade dos muçulmanos organizarem-se e velarem pela educação dos adolescentes, pois demasiados deles são deixados à deriva e cair nas redes do islamismo político, sendo presas fáceis para os recrutadores da *jihad* (“El vivero del Estado Islámico en Occidente”, em “Ace-prensa”, 29.12.2014).

“¿Qué es una familia?”

“Qu’est-ce qu’une famille?”

Autor: Fabrice Hadjadj

Nuevo Inicio. Granada (2015).

210 págs.

Tradução (castelhano): Sebastián Montiel.

Surpreendente, original, fresca, atrevida, rigorosa, profunda, sensata, divertida... são adjetivos a dar à obra de Fabrice Hadjadj, ensaísta e professor francês, filho de pais judeus, convertido ao catolicismo em 1998, casado com a atriz de teatro Siffreine Michel. “Tenho mulher e seis filhos, bela família aliás. Óbvio que esta situação me arranca das ideologias e me leva para o real mais concreto”. É ver o que escreve.

Hadjadj mantém que não há princípio anterior à família. Portanto, não podemos explicá-la nem justificá-la, somente podemos explicitar a sua presença, visto que é o dado essencial. E o essencial não é suscetível de desconstrução: “os que tentam destruir a família conservaram tão bem a ordem simbólica papá-mamã-bebé, que a sua subversão continua a ser submissão e os seus ataques pressupõem homenagens inconscientes”. Em muitos momentos da sua obra, Hadjadj tem vindo a polemizar com os que querem reconstruir a família de acordo com o que dita a ideologia deles.

A família não se fundamenta, como se pensa, no amor, na educação e na liberdade, sendo ela sim o fundamento do amor, da educação e da liberdade. A autoridade que se exerce na família não é objeto de qualificação, pois não esperamos ser bons pais ou boas mães para ter um filho; pelo contrário, a autoridade recebida afasta os pais da “obsessão pedagógica” e impulsiona a ser mais do que a fazer. Assim, exerce-se na família uma liberdade sem independência, pois os seus membros dependem uns dos outros, visto a família não ser um contrato: podemos mudar de parceiro, mas não de filho.

Os laços familiares, o conjugal, o filial e o fraternal, não se fundamentam numa decisão, mas num desejo. “O princípio da família está no sexo”, diz Hadjadj. Esse desejo leva-nos além de nós próprios. O que é uma família? Responde: “O cimento carnal da abertura à transcendência”. Diz tentar ser o mais sério quando afirma “estar a transcendência na nossa roupa interior”. Hadjadj faz-nos meditar sobre o nosso ventre e baixo-ventre, onde descobrimos a natureza relacional do nosso ser.

Embora a forma expositiva de Hadjadj possa surpreender, a fundamentação antropológica é sólida. O ser humano, como ser nascido, é novidade desconcertante, perturbando a moderna mentalidade tecnocrática, de querer converter a família num laboratório, substituir o pai pelo especialista, o abraço apaixonado pelo tubo de ensaio e a mesa familiar pelo *Tablet* eletrónico. A mesa familiar é o lugar do reencontro, da hospitalidade, da urbanidade, enquanto o *Tablet* eletrónico nos isola, faz-nos deslocar e educa-nos mal. Colocar na mesa (*Tablet* em francês) o *Tablet* não é uma mera dependência, pois será uma substituição.

Para o autor de “¿Qué es una familia?”, como para G. K. Ches-terton, a família é a instituição anarquista por excelência, mais antiga que a lei e anterior ao Estado, instituição sem instituidores.

Bom livro, pressupondo, como toda a obra de Fabrice Hadjadj, uma lufada de ar fresco num momento em que o pensamento

está ideologizado e tecno dirigido, em França e no resto do Ocidente.

C. G.

